

Promessas que murcham

Rogério L. Furquim Werneck*

Como pétalas de uma flor que perde o viço, a cada dia despencam mais um dos grandes trunfos com que a presidente contava para se reeleger. E, para horror do Planalto, os supostos trunfos, ao despencar, têm-se convertido em questões espinhosas que a presidente passou a ter de evitar.

A Copa foi a primeira grande decepção. O governo já não alimenta esperança de ainda poder extrair benefícios políticos palpáveis da realização do campeonato mundial no Brasil. Muito pelo contrário. A esta altura, se dará por satisfeito se puder evitar que o evento traga sérios danos ao projeto da reeleição. Traumatizada com ter sido vaiada na abertura da Copa das Confederações no ano passado, a presidente não quer mais se expor a risco similar. Já resolveu que não fará qualquer tipo de pronunciamento durante a Copa. Vai simplesmente prender o fôlego, cruzar os dedos e esperar que o evento chegue ao fim.

A política do governo para o setor elétrico é outra pétala que, ao cair, se converteu em espinhos. No início de 2013, o governo estava convencido de que a redução de tarifas de energia, em ato triunfal que culminava uma década de intervenções de Dilma Rousseff no setor elétrico, tinha vasto potencial eleitoral. Ledo engano. Mal passado um ano, o setor tornou-se fonte de permanente pesadelo para o Planalto. E a presidente agora se vê sem outra alternativa que a de rezar para que os céus não a obriguem a impor um racionamento de energia elétrica em plena campanha eleitoral.

Outro grande trunfo que parece ter despencado de vez são os supostos feitos do governo na exploração e produção de petróleo, que agora se converteram em tema extremamente incômodo para o Planalto. Nessa área, o desgaste vem ocorrendo já há algum tempo. Ao dar por encerrada a longa permanência do antecessor de Maria das Graças Foster na presidência da Petrobrás, em fevereiro de 2012, o governo não teve como deixar de reconhecer que a empresa vinha enfrentando problemas sérios. Boa parte deles advindos de decisões impensadas tomadas ao longo dos dois mandatos do presidente Lula.

Obrigada a se engajar em projetos de investimento pouco defensáveis e extremamente onerosos, a Petrobrás vem tendo dificuldades para cumprir a parte que lhe cabe no problemático modelo do pré-sal. Um modelo que sobrecarrega a empresa com a tríplice exigência de que exerça o monopólio da operação dos campos do pré-sal, mantenha pelo menos 30% em cada consórcio que vier a explorar tais campos e, ainda, assegure que os equipamentos utilizados tenham percentuais absurdamente altos de

“conteúdo local”. Tais problemas já seriam graves o bastante, não estivesse a empresa sendo também rapidamente descapitalizada pela política populista de controle de preços de derivados de petróleo.

Nas últimas semanas, o fluxo de más notícias sobre a Petrobrás tornou-se, de repente, bem mais desgastante para o Planalto, quando se noticiou que, em 2006, a então ministra Dilma Rousseff, que presidia o Conselho de Administração da empresa, havia dado voto favorável à compra da refinaria de Pasadena, no Texas, em decisão altamente lesiva aos interesses dos acionistas.

A emissão precipitada de uma nota de esclarecimento pela Presidência, a demissão sumária de diretor de subsidiária da Petrobrás envolvido na decisão de 2006, a prisão de outro ex-diretor da empresa, o pedido de instauração de CPI pela oposição e a criação de comissão de apuração interna na Petrobrás já adicionaram combustível suficiente à crise para que ela se prolongue por muito tempo mais. E, possivelmente, passe a se nutrir também da investigação de outros projetos controversos, como o da Refinaria Abreu e Lima, concebido para ser desenvolvido com a estatal venezuelana PDVSA, que, orçado em US\$ 2,5 bilhões, deve custar mais de US\$ 18 bilhões.

Para agravar esse melancólico fim de festa, o governo se viu agora obrigado a lidar com mais um resultado desastroso da sua “nova matriz econômica”: um vergonhoso rebaixamento da classificação da dívida brasileira.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.